



UNIDADE

Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



85 anos de **Audálio Dantas** Lutas e histórias do jornalista que enfrentou a ditadura

pág. 6

Campanha Salarial de Jornais e Revistas

Capital fecha acordo e Interior
e Litoral faz plebiscito

pág. 4

Vlado vive

Homenagem marca os 80 anos
do jornalista

pág. 8

Demolição da CLT

Como a reforma trabalhista
afeta o jornalista

pág. 5



SJSP e o leitor

Jairo M: Estou aposentado e gostaria de saber se posso retornar ao mercado de trabalho sem que isso venha a prejudicar a minha aposentadoria.

SJSP: O Sindicato dos Jornalistas conta com atendimento jurídico e tem um advogado especializado em direito previdenciário. É possível agendar um diálogo pessoalmente, solicitar outras informações pelo e-mail juridico@sjsp.org.br ou no fone (11) 3217-6299, com atendimento das 9h às 12h e das 13h às 17h30.

Jorge S: Gostaria de denunciar um assédio/coação que está ocor-

rendo na página oficial do prefeito João Doria nas redes sociais. Em uma crítica a uma reportagem da Folha, o perfil marcou o repórter Artur Rodrigues (e a página do jornalista começa a ser bombardeada por 'haters'). Solicito ação firme do Sindicato na defesa do direito de nossa profissão.

SJSP: O Sindicato expressou posicionamento oficial sobre este caso lamentável, no site e nas redes sociais da entidade, no último 7 de julho, por meio de uma nota de repúdio à agressão verbal do prefeito João Doria ao repórter da Folha de S.Paulo. A íntegra do texto está no www.sjsp.org.br.

Robson S: Sou jornalista de rádio do interior. Como ficam os índices de reajuste salarial? O abono aprovado na Convenção Coletiva é diferente da PLR? Ou o pagamento do abono é como o da PLR?

SJSP: A íntegra da Convenção Coletiva de Rádio e TV 2015-2017 está disponível no site www.sjsp.org.br com os detalhes do acordo. Quanto ao abono, o valor é mesmo do Programa de Participação nos Resultados (PPR). A diferença é que o abono é dos jornalistas que estão no serviço público e autarquias e o PPR é para os profissionais do setor privado, mas o valor e as regras para pagamento são as mesmas.

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

Presidente

Paulo Leite Moraes Zocchi

Secretário Geral

André Luiz Cardoso Freire

Secretária de Finanças

Cândida Maria Rodrigues Vieira

Secretário do Interior e Litoral

José Eduardo de Souza

Secretária de Cultura e Comunicação

Lílian Mary Parise

Secretária de Relações Sindicais e Sociais

Clélia Cardim (Telé)

Secretária de Sindicalização

Ana Flávia Marques da Silva

Secretário Jurídico e de Assistência

Vitor Ribeiro

Secretária de Ação e Formação Sindical

Evany Conceição Francheschi Sessa

Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues, Vladimir Francisco de Miranda Filho, Thiago Cianga Tanji, Ricardo Vital, José Augusto Camargo, Ana Maria Minadeo de

Moura, Michele Barros, Priscila Chandretti Vicente Vaz e Edvaldo Antonio de Almeida

Diretores Regionais

ABCD

Peter Suzano Silva

Bauru

Sérgio Luis Pais de Oliveira

Campinas

Agildo Nogueira Júnior

Piracicaba

Martim Vieira Ferreira

Ribeirão Preto

José Francisco Pimenta

Santos

Glaucio Ramos Braga

São José do Rio Preto

Sérgio Sampaio

Sorocaba

Fabiana Caraméz

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares Andrade

Oeste Paulista

Tânia Brandão

Conselho Fiscal

Titulares

Rose Nogueira, James Membrides Rúbio e Flávio Carrança

Suplentes

Raul Antonio Varassin e Sylvio Micelli

Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

Titulares

Alan Ricardo Covas, Douglas Amparo Mansur e Marlene Bergamo

Suplentes

Solange Aparecida Melendez e Márcia Quintanilha

Diretores de Base

ABCD

Carlos Eduardo Bazilevski, Érica Aragão Peixoto, Manoel Alves dos Santos, Vilma Amaro e Roberto Parizotti

Bauru

Ricardo Epifânio de Santana, Luis Victorelli, Ieda Cristina Borges e Joanna Brandão P. de Andrade

Campinas

Hugo A. Gallo Mantellato, Fernanda de Freitas, Marcos R. Alves e Manoel de Brito F. Neto

Oeste Paulista

Altino Oliveira Correia, Everton dos Santos, Sérgio Borges e José dos Reais

Piracicaba

Adriana Ferezim dos Santos, Patricia Moraes Sant'ana Amancio, Paulo Roberto Botão, Poliana Salla Ribeiro e Vanderlei Antonio Zampaulo

Ribeirão Preto

Aureni Menezes, Antonio Claret Gouvea, David Batista Radesca, Fábio Lopes, Nilton Pinat Júnior e Ronaldo Augusto Maguetas

Santos

Carlos Alberto Rattón, Diogo de Oliveira Caixote, Denise Beatriz Neves, Eraldo José dos Santos, Emerson Pereira Chaves, Reynaldo Salgado e Luigi Bongiovanni

São José do Rio Preto

José Luis Lançoni, Igor Sorenti e Jocelito Paganelli, Harley Pacola e Arnaldo de Freitas Vieira.

Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz, José Antonio Rosa e Riana Kelly Pires Martins

Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães, Camões Ribeiro do Couto Filho, Nilton Cardim e Vanessa Gomes de Paula.

Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz, José Antonio Rosa e Riana Kelly Pires Martins

Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães, Camões Ribeiro do Couto Filho, Nilton Cardim e Vanessa Gomes de Paula.

Comissão de Ética

Denise Fon, Roland Marinho Sierra, Flávio Tiné, Fernando Jorge, Antonio Funari Filho, João Luis Marques, Franklin Valverde, Lúcio França, Rodrigo Sérvulo.

EXPEDIENTE

Diretora responsável:

Lílian Parise (MTb 13.522/SP)

Editora:

Flaviana Serafim (MTb 83.170/SP)

Diagramação:

Maria Dias

Conselho Editorial:

Jaqueline Lemos, Luiz Carlos Ramos, Laurindo Leal Filho (Lalo), Assis Ângelo, Renato Yakabe e Adunias Bispo da Luz.

Impressão: Bangraf - Tiragem: 4.000 Fone (11) 2940-6400

Foto de capa: Cadu Bazilevski

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja CEP 01220-010 - São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

[/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)

[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

Opinião

Em tempos de golpes, resistência é questão de classe

Com uma reprovação recorde de 90% dos brasileiros, o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) conseguiu rasgar a CLT com a aprovação de uma Reforma Trabalhista que retira direitos históricos dos trabalhadores e privilegia a classe patronal, além de promover a maior e mais profunda mudança no Direito do Trabalho brasileiro. Aprovada na noite de 11 de julho, com o voto de 50 senadores, sendo 37 empresários, a previsão é de que a Lei 13.467/2017 entre em vigor em 11 de novembro próximo, na tentativa de liquidar contratos de trabalho, legalizar fraudes, explorar mão de obra e enfraquecer sindicatos.

Tudo isso sem considerar que o país enfrenta grave crise econômica e social, que começou com o congelamento de gastos públicos, especialmente em saúde e educação, passa pelo aumento generalizado de impostos e se aprofunda com o desemprego, que atinge mais de 14 milhões de brasileiros, e com a queda de 6% na renda mensal das famílias brasileiras. A crise política é ainda mais grave, com denúncias de compra de votos de par-

lamentares da base aliada e notícias diárias de corrupção também de ministros e assessores diretos, além de denúncia inédita, formalizada pela Procuradoria Geral da República, contra o presidente ilegítimo por corrupção passiva.

Vivemos tempos de retrocessos. O próximo ataque planejado é com a Reforma da Previdência seletiva que, ao contrário do que vem sendo divulgado, não é deficitária. Tudo isso faz parte do golpe que começou na resaca das eleições de 2014, impondo um governo ilegítimo e sua agenda neoliberal ampla e irrestrita para mudar profundamente a sociedade brasileira. A partir daí, a realidade impõe diariamente vários golpes dentro do golpe que afastou sem provas a presidenta reeleita. E estamos vivendo tempos de atentado à democracia - conquista da luta que custou muitas vidas nos porões da ditadura - e da volta da manipulação de informação e da censura imposta pela mídia tradicional.

Há mais de dois anos, ousamos tornar pública nossa posição contra qualquer tentativa de ruptura que não

fosse pelas urnas, diante da ameaça aos direitos democráticos, inclusive à liberdade e autonomia sindical. Não saímos das ruas para lutar por nenhum direito a menos, participamos de duas greves para exigir democracia e diretas já. Passado o clima de ódio cultivado por alguns principalmente nas redes sociais, o Brasil inteiro chega agora a um clima de indignação contra os desmandos golpistas.

A hora agora é de resistência. Até novembro, temos que tomar as ruas e as redações. Para os jornalistas, a Reforma Trabalhista aprovada é devastadora. Se antes situações graves como pejetização, frila fixo, trabalho intermitente e outras fraudes impostas pelos empresários para driblar direitos trabalhistas eram parte da rotina dos jornalistas, a situação agora fica mais grave principalmente diante da prevalência do negociado sobre o legislado.

É nesse cenário que precisamos definir juntos as ações sindicais para resistir a essa "reforma" que atinge também o exercício do bom jornalismo e ataca a entidade

legítima da categoria, o nosso Sindicato. Se a queda da exigência de formação superior específica já penalizava os jornalistas, com precarização das condições de trabalho e pejetização sem limites, agora podemos nos tornar reféns da exploração dos donos da mídia escrita, falada e televisada.

Fortalecer o Sindicato é a única saída contra os ataques dos patrões e do governo ilegítimo. Junto com a CUT, já estamos construindo alternativas e definindo as várias inconstitucionalidades da lei aprovada de cima para baixo. Continuamos contra o imposto sindical, o que implica em buscar alternativas financeiras para a autossustentação da entidade. O primeiro passo é a sindicalização, para que possamos continuar a construir um Sindicato forte, plural, transparente e combativo. Ser filiado agora significa fazer uma escolha consciente para encarar esse momento de desmonte de direitos e apostar em um Sindicato representativo, democrático e sustentado por milhares de jornalistas. Questão de classe.

Direção - SJSP

Campanha Salarial de Jornais e Revistas: Acordo fechado na Capital paulista

No interior e litoral, proposta dos empresários vai a plebiscito

As Campanhas Salariais de Jornais e Revistas da Capital e do Interior e Litoral começaram no início de junho, com a luta das categorias pelo reajuste de salários e benefícios e também pela redução das perdas sofridas no ano passado. Em 2016, além de parcelado, o reajuste do segmento foi 1,5% menor que a inflação acumulada em 9,82%.

Na Campanha Salarial da capital, a categoria aprovou a contraproposta das empresas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSJP) assinou a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2017-2018 em 20 de julho, depois de cinco rodadas e de um plebiscito com a participação de 464 jornalistas, dos quais 66% disseram "sim" ao fechamento do acordo.

A nova CCT estabelece reajuste de 3,82% (aumento real de 0,5%) no piso salarial de 5 horas diárias, que passa a R\$ 3.100, e de 3,5% nos demais salários e cláusulas econômicas, com pagamento retroativo ao último 1º de junho. O auxílio-creche aumentou para R\$ 460 e para o vale-refeição o valor mínimo passa a ser de R\$ 12,50, nas empresas com até 20 jornalistas, e de R\$ 18,50 nas empresas com mais de 20 jornalistas.

As cláusulas sociais foram renovadas, com mudança na cláusula sobre licença para adotante e, a partir de agora, os jornalistas do sexo masculino passam a ter direito à licença-maternidade nestes casos. Porém, o direito beneficia um dos cônjuges, de acordo com a decisão do casal.

O acordo negociado não gera perdas neste ano porque o reajuste conquistado foi ligei-



Flaviana Serafim

Nas negociações, empresas seguem com a cantilena da crise

ramente maior que os 3,35% de inflação acumulados de junho de 2016 a maio de 2017. A preservação da Convenção Coletiva por mais um ano, diante do cenário incerto de ampla retirada de direitos trabalhistas no Congresso Nacional, também pesou na decisão do plebiscito.

Contudo, a não reposição integral da perda de 1,5% relativa ao ano passado gerou descontentamento na categoria, expresso nos 33% de jornalistas contrários ao acordo.

Interior e Litoral

Até o fechamento desta edição, a Campanha Salarial do Interior e Litoral estava em decisão pelos jornalistas, num plebiscito entre 27 de julho e 3 de agosto, para aceitar ou rejeitar a proposta dos empresários apresentada depois de quatro rodadas de negociação:

1 - Reajuste de 2,5% no piso salarial de 5 horas diárias, que passa de R\$ R\$ 2.420 para R\$ 2.480,50, e nos demais salários. No caso do piso de 7 horas, o valor passa de R\$ 3.872 para R\$ 3.968,80;

2 - Reajuste de 2,5% no vale refeição, com valor mínimo que passa de R\$ 11 a R\$ 11,27, e no vale alimentação, que aumenta de R\$ 233 para R\$ 238,82;

3 - Manutenção do mesmo valor para os outros itens da pauta econômica, como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR);

4 - Renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), exceto a cláusula 6ª, mantendo a multa de 1/90 pelo atraso no pagamento de salários, mas passando o início da multa do 1º para o 11º dia de atraso.

O percentual de reajuste que vai a plebiscito é menor que os 3,35% da inflação acumulada desde maio de 2016 a junho de 2017 porque os empresários alegam crise econômica e falta de condições para reposição integral do índice.

Apesar de menor que a inflação, o reajuste de 2,5% que está em plebiscito foi um avanço que resultou da pressão do Sindicato durante as negociações, pois, na terceira rodada, a contraproposta das empresas era de um reajuste de apenas 1,66%.

Além da questão econômica, para os profissionais de Jornais e Revistas do Interior e Litoral, o quadro é mais complicado porque, além da cantilena da crise para não reajustar os salários pela inflação, as empresas iniciaram as negociações propondo a retirada de diversos direitos e garantias da CCT.

Entre outros itens, o sindicato patronal queria retirar a multa pelo não pagamento de PLR, excluir a obrigatoriedade do seguro de vida e até do pagamento de 40% do adiantamento de salário. Os jornalistas reagiram e rechaçaram a proposta, levando o sindicato patronal a recuar da tentativa de retirada de direitos.

Dependendo do resultado do plebiscito, o Sindicato dos Jornalistas fecha a nova convenção com as empresas ou retoma as rodadas de negociação. Acompanhe as notícias atualizadas nas redes sociais e no site www.sjsjp.org.br

Reforma trabalhista precariza o jornalista e o jornalismo

Pedro França/Agência Senado



Depois da conturbada votação no Senado, Temer sanciona a reforma trabalhista sem vetos

Sancionada sem vetos no último 13 de julho, a “reforma” trabalhista (Lei 13.467/2017) leva o Brasil a um retrocesso de 200 anos, mas o presidente ilegítimo Michel Temer (PMDB) e a base golpista seguem

propagando a ideia falaciosa de uma “modernização das relações de trabalho”. Assim como as demais categorias, os jornalistas serão atingidos em cheio pelas mudanças na legislação e, com a precarização geral se aprofundando, o cotidiano da categoria, o próprio jornalismo e o papel social da comunicação serão afetados, avalia a direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP).

A advogada Daniela Muradas,

professora da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), alerta que na categoria, já impactada pela pejetização, um dos pontos da lei que piora o quadro para os jornalistas é a regulamentação do teletrabalho, ou home office. “A informalidade do trabalho agora está amparada por lei e vai valer o que o mercado ditar. Num setor concentrado como esse as consequências serão muito grandes.”, disse em entrevista ao Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais.

Por rebaixar diversos direitos, aumentando a carga de trabalho sem remuneração correspondente, a reforma fere a Constituição, segundo a Associação Nacional dos

Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Um exemplo é quanto à jornada de trabalho, estabelecida em 8 horas diárias e 44 semanais na Carta Magna, mas a reforma ignora o limite e permite, com simples acordo individual, o aumento para 12 horas ininterruptas com 36 horas de descanso. Outro ponto é o negociado sobre o legislado, que passa a prevalecer em detrimento da legislação existente.

O SJSP continua no embate contra a retirada de direitos, unido ao conjunto do movimento sindical e dos movimentos sociais, e segue alertando sobre os riscos da nova legislação. Saiba mais sobre alguns dos itens da “reforma” de maior impacto na categoria:

<p>O que muda no cotidiano do trabalho</p>	<p>O teletrabalho ou home office vai, na prática, desregular a jornada de trabalho e estabelece que o jornalista não tem direito a horas extras mesmo que seja obrigado a ir a empresa. Com o trabalho intermitente, o profissional fica gratuitamente à disposição para ser acionado quando a empresa quiser, mas só recebe pelo tempo que trabalhar. Caso seja convocado, confirmar presença e faltar, terá de pagar multa equivalente a 50% do que receberia pelo trabalho!</p>	<p>Abre espaço para terceirização na atividade principal das empresas de comunicação, com corte de gastos às custas do aumento da rotatividade, achatamento de salários e redução de benefícios.</p>	<p>Com um acordo individual entre o jornalista e a empresa, é possível criar banco de horas em vez do pagamento do tempo extra trabalhado. Da mesma forma, a jornada também pode ser flexibilizada para um turno de 12 horas trabalhadas por 36 de descanso. Com acordos individuais e sem a intermediação do Sindicato, aumenta o desequilíbrio na relação de trabalho, pois empresa tem posição de força e pode impor o quiser aos jornalistas.</p>
<p>Nas demissões, ações e acordos judiciais</p>	<p>A nova modalidade de demissão sem justa causa por “acordo entre empregado e empregador” permite ao jornalista receber somente metade da multa do Fundo de Garantia e do aviso-prévio, poderá sacar apenas 80% do FGTS e perde o direito ao seguro-desemprego. Outra brecha para que os patrões pressionem e façam acordos de demissão com redução de direitos.</p>	<p>Fica permitida a homologação judicial de acordo entre a empresa e o jornalista demitido, seja quanto às verbas rescisórias ou qualquer outro direito trabalhista, dando espaço para que os empregados possam impor condições desfavoráveis ao trabalhador sem que o Sindicato sequer tenha conhecimento do caso.</p>	<p>Com a troca do índice de atualização de débitos trabalhistas pela TRD (Taxa Referencial Diária, do Banco Central), os valores devidos aos assalariados pelas empresas não serão mais corrigidos pelo inflação, reduzindo os valores que o trabalhador tem a receber.</p>

Greve geral de 1917: Cem anos depois, trabalhadores voltam às ruas protestar contra os retrocessos

O último 30 de junho foi marco de mais um dia nacional de mobilização em contra as “reformas” trabalhista e previdenciária, com greve geral engajando diversas categorias em todo o país. Na oca-

sião os jornalistas e radialistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) cruzaram os braços contra a precarização e denunciaram o cotidiano de assédio, demissões e censura interna que vêm sofrendo

depois que o golpe à democracia mudou a direção da empresa.

Na mesma data, em 1917, aconteceu em São Paulo a primeira grande do país, com trabalhadores - homens, mulheres e crian-

ças, sobretudo da indústria têxtil, clamando por melhores condições diante de jornadas extenuantes e salários baixos. Numa triste coincidência, as pautas de luta da época voltam a ser atuais.

Audálio Dantas: 85 anos de história e embate incansável

“Os jornalistas não percebem que a defesa dos seus interesses passa por uma coisa que é civilizatória, que é a organização sindical. Não sendo assim, prevalece a ditadura”

Cadu Bazilevski



Comemoração reuniu familiares, amigos, jornalistas e sindicalistas no auditório Vladimir Herzog

Em mais de oito décadas de vida, seis dedicadas ao jornalismo nos principais veículos do país. Uma carreira vasta e intensa, dentro e fora das redações. Ele retomou a direção do Sindicato dos Jornalistas em plena ditadura, em 1975. Enfrentou os militares denunciando a farsa do “suicídio” de Vladimir Herzog, assassinato sob tortura pelos agentes da repressão. Da morte de Vlado, fez nascer o movimento que despertou e fortaleceu a sociedade para derrubada do regime militar.

Graças ao tino do repórter, o mundo descobriu “Quarto de despejo”, da pioneira escritora negra Carolina Maria de Jesus, moradora da favela paulistana do Canindé e catadora de lixo que teve sua obra traduzida para mais de dez

idiomas. Como sindicalista, reivindicou reposição salarial para cerca de 10 mil jornalistas de SP, lesados pelos dados falsos da inflação divulgada pelos militares, abrindo caminho para o mesmo embate por outras categorias, como o movimento operário dos metalúrgicos do ABC.

O olhar generoso às causas sociais e a luta aguerrida pelos direitos humanos completam a trajetória de 85 anos de vida do jornalista e escritor alagoano Audálio Dantas, comemorados em 8 de julho, no Sindicato dos Jornalistas, com o auditório Vladimir Herzog repleto de amigos, familiares, jornalistas e sindicalistas.

Em reconhecimento à atuação pela imprensa sindical e pela comunicação popular, o jornalista

foi homenageado com o troféu Indignação-Coragem-Esperança, uma escultura de São Jorge customizada pelo designer Roger Matua, com a lança transformada em microfone e o elmo com uma câmera digital. A ideia original é da cartunista Laerte Coutinho, a partir de um desenho criado em 1996 como capa dos cadernos de jornalismo do Projeto Repórter do Futuro, da Oboré Projetos Especiais, uma das organizadoras do evento. Uma escultura foi entregue a Audálio e outra ao Sindicato, na redação do Unidade.

Além da Oboré, a homenagem foi organizada pelo Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé e pela Agência Sindical, com apoio do Sindicato, da Federação Nacional dos Jor-

nalistas (Fenaj) e do Instituto Vladimir Herzog, entre outras entidades. A expectativa é que, a partir de 2018, a iniciativa se transforme no “Prêmio Audálio Dantas”, para prestigiar os profissionais que se dedicam à comunicação sindical e popular.

Na série de entrevistas com os sindicalizados que fazem a história do jornalismo, Audálio compartilha suas experiências e memórias de repórter, fala do jornalismo em tempos de golpe, da reforma trabalhista e sobre a importância da categoria participar do Sindicato. Confira a íntegra no www.sjssp.org.br

Você escolheu ser jornalista ou o jornalismo é que te escolheu?

Escolhi e em determinados momentos acho que também fui escolhido, mas era uma aspiração que tem tudo a ver com a minha preocupação com os problemas sociais desde menino. Minha atuação como jornalista foi sempre na reportagem e meus principais trabalhos foram voltados às questões sociais. Também fui escolhido porque, quando comecei na Folha, em 1954, tinha um editor que era da Folha da Manhã, o Mário Mazzei Guimarães, que, depois de dois anos de redação, me chamou e disse “olha, vou lhe dar uma missão”, que na hora não recusei porque eu tinha a expectativa de fazer alguma coisa importante. “Você vai ao nordeste fazer várias reportagens sobre a influência da chegada da luz elétrica no sertão”. Estava chegando energia elétrica na cidade baiana de Paulo Afonso, que chegaria ao nordeste inteiro e evidentemente iria mudar a região. Era muita novidade, mas enfrentei, fiz a pauta e ainda trouxe umas dez reportagens. Então, de certa forma, o jornalismo me escolheu.

E como a descoberta da escritora Carolina Maria de Jesus marca sua carreira?

Costumo dizer que a reportagem que fiz sobre a descoberta dos cadernos com os diários da Carolina Maria de Jesus foi a coisa mais importante que fiz na minha carreira. Não pelo texto que escrevi, mas pelo que transcrevi do diário da Carolina e pela repercussão com mais uma reportagem de cunho social que eu tinha proposto. Ela é um acontecimento literário que dura desde os anos 1960 e acho que vai continuar cada vez mais. Vai continuar a importância do trabalho que ela escreveu e foi publicado no livro "Quarto de despejo". Hoje há estudos nas universidades do Brasil e do exterior, vemos o Ferréz, por exemplo, que é um produto da Carolina Maria de Jesus, é um expoente da literatura marginal.

Do jornalismo ao sindicalismo

Como foi a saída das redações para a presidência do Sindicato, retomando a direção da entidade durante a ditadura?

O Sindicato estava há 10 anos na mão de grupos que consideravam a discussão da censura como se não tivesse a ver com a entidade, que era só discutir questões trabalhistas. Quando aceitei, estava convicto de que não era uma carreira sindical, era uma opção política de combate à ditadura. Nossa decisão foi a de convocar uma assembleia para formar uma comissão de liberdade de imprensa, em 1967. Fizemos um grande movimento, que terminou com um ato público com duas mil pessoas se manifestando contra a Lei de Imprensa que estava para ser enviada ao Congresso Nacional. Esse ato assustou o patronal e também o regime que, na época, ainda não era aquela coisa violenta. Participei da eleição de cargos menores sempre com a perspectiva de que o sindicato deveria ser instrumento de combate à censura e à violência da ditadura.

Cinco meses depois de você assumir a presidência, veio o assassinato de Vladimir Herzog em meio a prisões de vários jornalistas. Como foi encarar aquele momento?

As ações da ditadura contra o Sindicato começaram logo após a posse da nova diretoria, em maio de 1975, antes do caso Herzog. Os jornalistas propuseram um debate sobre a lei salarial, que determinava que só se podia fazer a discussão de salários com as empresas uma vez por ano e numa certa data. Estava marcada uma reunião na sede quando chegou um recado do Dops chamando o [Antonio Carlos] Félix Nunes, que era da Comissão de Sindicância. A partir daí, a coisa se complicou, saiu da área do Dops e foi para a área do II Exército. No começo de julho de 1975, fui convocado pela primeira vez como presidente do Sindicato pelo comandante do II Exército. Eu disse que estava na minha obrigação, como presidente de uma categoria de trabalhadores.

E a perseguição aos jornalistas, típica das ditaduras?

Os militares falavam que havia uma imprensa infiltrada pelos comunistas, que havia um projeto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que tinham que combater. Os militares já tinham derrotado a luta armada e começaram prisões de várias categorias, até que chegou aos jornalistas, no começo de outubro de 1975. A luta mais forte do sindicato começou aí, não com a morte do Herzog, mas com a prisão dos jornalistas. Foram 12 e cada uma dessas prisões resultou num protesto do sindicato, que distribuía nota, mas ninguém divulgada até o assassinato do Herzog. Podia ser qualquer um porque havia uma lista grande de jornalistas considerados comunistas e que deveriam ser presos como aqueles 12. A acusação que os militares faziam ao Herzog, que era diretor da TV Cultura, era de que ele foi lá como diretor de jornalismo com a missão do Partido de começar a formar a efetiva infiltração comunista na imprensa.

E qual foi o papel do Sindicato na época?

Há uma nota do Sindicato, publicada no dia seguinte ao

assassinato, que responsabilizava o Estado. Não dizia "você mataram", pois significaria os militares fecharem tudo e acabarem com o instrumento de luta. Era minha convicção de que a autoridade era responsável pelo preso que ela mantinha sob seu comando. Na mesma nota, convidamos a população para o sepultamento do Vlado. Conseguimos o que chamo de despertar de consciência da sociedade. O Sindicato se transformou numa espécie de refúgio de todas as categorias e todas as tendências políticas. O sepultamento teve uma multidão de 800 ou mais pessoas. Mais do que isso, a mobilização em torno do culto ecumênico na missa de sétimo dia do Vlado, que reuniu 8 mil pessoas na catedral da Sé, em 31 de outubro, foi o ponto de partida para a mobilização da sociedade. Esse fato me fez deixar de lamentar de ter perdido minha condição de repórter.

Depois do caso Herzog, como foi a gestão à frente do Sindicato nos anos seguintes?

O fato e as repercussões do caso Herzog contribuíram para que os militares recuassem e acabaram as prisões ilegais, em massa. Houve desdobramentos importantes, a partir de 1977, com o ressurgimento do movimento operário, em São Bernardo do Campo. Para isso contribuiu uma coisa que eu criei e muita gente não ligou até hoje. Em julho de 1977, descobriram que, em 1973, houve uma falsificação dos dados oficiais da inflação que determinavam o índice salarial na data base das categorias. Um jornal conservador, a Gazeta Mercantil, foi verificar com os economistas e os dados não estavam corretos. O Delfim Netto, então ministro da Fazenda, distribuiu a informação sobre os índices do custo de vida, de uma média de 14% quando era de 24%.

Com base nos números, fornecidos pelo Dieese, pedimos a apuração do que seria nosso reajuste e decidimos reivindicar a reposição das perdas. Isso desencadeou uma ação de outros sindicatos, principalmente nos Metalúrgicos, que levou à primeira greve geral, no ABC.

Foi um processo que resultou no mais importante movimento de combate à ditadura e que contribuiu diretamente para a queda dos militares. Depois veio o movimento pelas eleições diretas, a anistia, mas afirmo, sem nenhuma dúvida, que tudo isso começou com o Sindicato dos Jornalistas.

Embates no jornalismo contemporâneo

A reforma trabalhista é mais uma faceta do golpe. Como as mudanças afetam a categoria?

A reforma atinge a todos e aos jornalistas com mais ênfase porque a categoria vem sendo penalizada há muito tempo, desde a extinção da exigência do diploma de jornalismo, não pelo diploma em si, mas pelo fato de que a obrigatoriedade contribui para a organização dos profissionais. Agora será muito mais precário e num aspecto totalmente nocivo que é a prevalência do negociado sobre o legislativo. A parte mais fraca da negociação quem será? É lamentável, é uma vitória do empresário que defende a continuidade do golpista Michel Temer na presidência.

Qual a importância do Sindicato e do jornalista ser sindicalizado?

O jornalista, de um modo geral, vem da classe média, apesar disso ter mudado um pouco. Ele não se considera trabalhador, no sentido mais apropriado da palavra, e acha que sindicato é coisa de operário. Isso está acontecendo agora e os jornalistas se isolam nas redações. Não percebem que a defesa de seus interesses passa por uma coisa que é civilizatória, que é a organização sindical, aquilo que permite uma discussão entre trabalho e capital. Não sendo assim, prevalece a ditadura. Ser sindicalizado significa trabalhar junto com o sindicato, combater os pelegos porque, se estou lá, luto por representantes que não sejam pelegos! Só isso já bastaria para dizer que ser sindicalizado é um ato de inteligência.

Homenagem marca os 80 anos de Vladimir Herzog

“A tortura continua até hoje, não acabou. Vamos brigar para sempre para saber quem matou o Vlado”, diz Clarice Herzog, viúva do jornalista



Cadu Bazilevski

Homenagem na Praça e Memorial Vladimir Herzog

As memórias da vida de Vladimir Herzog foram celebradas por familiares, amigos, jornalistas, sindicalistas e militantes de direitos humanos em homenagem póstuma realizada durante um ato público em 24 de junho, na Praça e Memorial Vladimir Herzog, esquina da Rua Santo Antônio com a Praça da Bandeira, no centro da capital paulista.

Vlado completaria 80 anos

no último dia 27 de junho se sua trajetória não tivesse sido brutalmente interrompida aos 38, em 25 de outubro de 1975, depois que Herzog se apresentou espontaneamente ao Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), na Rua Tutoia, na capital paulista. Na “casa do inferno”, onde mais de 50 presos políticos perderam a vida, Herzog

foi vítima de tortura e morreu no mesmo dia, num assassinato que os agentes da repressão tentaram esconder forjando um “suicídio” por enforcamento.

Viúva do jornalista, Clarice Herzog afirma que Vlado é um mártir, mas também é uma referência importante para que as pessoas compreendam o que ocorreu no Brasil nos quase 25 anos do regime militar porque ele concretiza o que acontecia nos porões da ditadura.

Depois de mais de 40 anos, nenhum dos envolvidos no crime foi punido e o caso foi a julgamento, em maio deste ano, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, onde a expectativa da família é pela responsabilização do Estado brasileiro. A previsão é de a corte anuncie a decisão até o final de 2017.

“Tenho esperança porque a esperança não morre. Uma Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma coisa muito séria. Queremos saber quem são os assassinos. E se eles estão ainda traba-

lhando para o governo? Continuam assassinando? Porque a tortura continua até hoje, não acabou e, por isso, vamos brigar sempre para saber quem matou o Vlado”, diz Clarice.

Audálio Dantas, que presidia o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) quando Herzog morreu, avalia que o assassinato fez a sociedade brasileira despertar para dar basta à violência, num episódio que dá início ao fim da ditadura. “A evocação de Herzog hoje marca uma verdade - pode demorar, mas, cedo ou tarde, a violência tem que ceder lugar à liberdade”.

Organizador da atividade na Praça e Memorial Vladimir Herzog, o jornalista Sérgio Gomes, diretor da Oboré, disse que o ato público teve o intuito de “celebrar a vida, celebrar a luta porque o Herzog morreu aparentemente. Ele está mais vivo do que nunca na conjuntura de hoje. A praça com seu nome é um local dos jornalistas, é de quem luta pela liberdade, não é uma praça mórbida”, conclui.

Oito décadas de Herzog e do Sindicato dos Jornalistas



Arquivo/SJSP

Morte do jornalista impulsionou reação do país contra a ditadura

Vlado Herzog nasceu em Osijek, na então Iugoslávia, atualmente a quarta maior cidade da Croácia, no Leste Europeu, em 27 de junho de 1937, pouco mais de dois meses após a fundação do Sindicato dos Jornalistas, em 15 de abril do mesmo ano.

A busca por refúgio longe da perseguição aos judeus na Europa fez com que a família Herzog chegasse ao Brasil nos anos 1940. Décadas mais tarde, a violência do Estado atingiria fatalmente a vida do jornalista na pátria onde ele buscava viver em paz.

O destino fez com que a trajetória de Herzog e do Sindicato se cruzassem e essas histórias nunca mais se separaram. Com Audálio Dantas na presidência (leia mais nas páginas 6 e 7), o Sindicato denunciou ao mundo o as-

assinato do jornalista e, na sede da entidade, foi organizado o culto ecumênico que reuniu mais de 8 mil pessoas na Praça da Sé, marcando a primeira forte reação da sociedade para derrubada da ditadura no país.

O auditório do Sindicato foi rebatizado para Vladimir Herzog e, desde então, o local segue como espaço emblemático, aberto a todas as organizações que lutam pela democracia. Obras de Elifas Andreato inspiradas em Herzog, as pinturas “25 de Outubro” e “50 anos do golpe militar” – esta recém-descerrada pelo jornalista Sérgio Gomes na comemoração dos 80 anos do SJSP – ocupam as paredes e fazem da arte também uma expressão da memória para que nunca mais se esqueça e para que nunca mais aconteça.

15º Congresso Estadual dos Jornalistas ocorre entre 4 a 6 de agosto

Os desafios da profissão em meio à crise, defesa do jornalismo nas assessorias de imprensa e a reforma do Estatuto do Sindicato estão entre as pautas do evento



O 15º Congresso Estadual dos Jornalistas se realiza nos dias 4, 5 e 6 de agosto, reunindo delegados e delegadas de todas as regiões paulistas para os debates no auditório Vladimir Herzog, sede do Sindicato (Rua Rego Freitas nº 530 - sobreloja) no centro paulistano.

Com o tema Os jornalistas e seus direitos em tempos de golpe, o evento acontece

em meio à crise política, econômica e, com as “reformas” trabalhista e previdenciária retirando direitos históricos conquistados pelos trabalhadores, são muitos os desafios da profissão a serem discutidos no congresso da categoria.

A aprovação da “reforma” trabalhista vai afetar o jornalista e o quadro de precarização das redações tende a piorar

com ampliação da terceirização e da “pejotização”, achatamento de salários e retirada de benefícios, avalia a direção do Sindicato. Por isso é essencial discutir as estratégias para enfrentamento desse quadro.

A defesa do trabalho nas Assessorias de Imprensa também é tema do 15º Congresso. Uma das questões a serem debatidas é a tentativa das empresas privadas de burlar direitos

trabalhistas com a alegação falaciosa de que Assessoria de Imprensa não é jornalismo.

A consequência dessa truculência é que a última Convenção Coletiva do segmento é de 2012, pois o Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação (Sinco) desde então se recusa a negociar com todos os sindicatos de jornalistas do Brasil.

Reuniões preparatórias e reforma do Estatuto

A eleição dos delegados e delegadas ocorreu de 1º de junho a 28 de julho, nos locais de trabalho e numa série de Reuniões Preparatórias Temáticas, promovidas pelo Sindicato com o objetivo de debater previamente, nas regionais e na sede da entidade, os assuntos que estão na pauta do evento.

A reforma do Estatuto do Sindicato foi um dos pontos

abordados nas discussões prévias. A partir dos debates, as contribuições foram reunidas e organizadas por uma Comissão de Sistematização, que vai apresentar o anteprojeto para que os jornalistas avaliem e votem durante o 15º Congresso.

Entre as mudanças propostas e que vão a debate no plenário do Congresso estão: o estabelecimento de cotas ou paridade de gênero na direção do Sindicato, a definição de critérios que facilitem a formação de chapas para as eleições sindicais, reformulação da organização das regionais, modificação na composição da Direção Plena e a não aceitação da sindicalização de empregadores de jornalistas.

Além dos delegados (as) eleitos (as), que têm direito a voz e voto, o 15º Congresso Estadual dos Jornalistas tem a participação de jornalistas e estudantes de jornalismo como observadores, com direito à voz no plenário do evento.

Sindicato amplia política de comunicação e lança novo site em agosto

Ação nas redes sociais também foi ampliada para aprimorar diálogo com os jornalistas

Para melhorar a comunicação com os associados e modernizar a plataforma de divulgação de notícias, o Sindicato dos Jornalistas lança um novo site até o final de agosto.

O novo layout vai facilitar o acesso não só às notícias diárias de interesse da

categoria, mas também às informações dos serviços do Sindicato, como atendimento jurídico, homologações, legislação da profissão, cursos e convênios. Acesse www.sjisp.org.br.

Outra medida é a ampliação das ações nas redes sociais, hoje um dos principais canais com a categoria, para aprimorar o diálogo com os jornalistas. No primeiro semestre de 2017, a fan page da entidade teve mais de 378 mil visitan-

tes e as publicações tiveram um alcance total de mais 589 mil visualizações.

Acesse, curta e acompanhe as informações do Sindicato no

 /JornalistasSP

 /SindicatoJornalistasSP

PLURALIDADE

Ações afirmativas para um Brasil sem democracia racial

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira

A sociedade brasileira tem assistido, de um lado, à implantação de políticas de ações afirmativas, principalmente, nas universidades, e de outro, ao ataque da grande mídia, posicionada contra essas medidas. A falta de informações precisas, de um debate qualificado e a postura tendenciosa da imprensa sobre o tema comprometem o entendimento e a formação de opinião do público.

Segundo dados do Censo do IBGE, de 2010, 52% da população se autodeclara negra

(entre os de cor parda e preta). Dos pouco mais de 500 anos do Brasil, mais de 350 foram vividos sob a escravidão. A assinatura da Lei Áurea, na prática, representou a demissão coletiva dos negros escravizados, sem direito a nenhum tipo de indenização ou fundo de garantia. Portanto, são 128 anos de uma falsa abolição, que geram, como consequência, a mesma quantidade de tempo de uma falsa democracia racial.

Como protagonistas de urgentes mudanças, ressaltamos

a importância da implantação de ações afirmativas, como políticas públicas e privadas. O objetivo é garantir igualdade de oportunidades e de acesso a grupos discriminados e estão longe de serem ilegais, discriminatórias e criadoras de um “racismo às avessas”, como defendem alguns. As ações afirmativas buscam cumprir as prerrogativas dadas pela Constituição vigente. É preciso encará-las como necessidades urgentes e não discriminatórias.

Caso a parcela da sociedade dominante brasileira – na maioria branca – passe a delegar a todos as oportunidades de voz de mudanças, poderemos viver em um país, cujas racionalizações antigas terão sido descartadas e em que as dívidas sociais, econômicas e culturais com a população negra tenham sido saldadas.

***A coluna visa tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo. Mande sua sugestão para unidade@sjsp.org.br**

GIRO DO INTERIOR

Campinas: Profissionais da RAC fazem greve e conquistam acordo para pagamentos atrasados

Mobilização unificada dos jornalistas, gráficos e administrativos garantiu vitória no Tribunal Regional do Trabalho

Depois de um ano e meio enfrentando constantes atrasos de salários e benefícios, os jornalistas, gráficos e administrativos da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) conquistaram, no último 5 de julho, no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT), em Campinas, um acordo judicial para que a empresa regularize os pagamentos. A união das categorias garantiu a vitória, após greve nos dias 28 e 29 de junho devido ao atraso dos salários de abril e maio, seis meses sem vales refeição e alimentação e, ainda, sem o pagamento do 13º salário de 2016.

Com a paralisação, para pressionar a rede responsável, entre outros veículos, pelo jornal campineiro Correio Popular, o dissídio levou a uma ação judicial conjunta no TRT, instaurada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e pelos sindicatos dos Gráficos e dos Administrativos.

Pelo acordo, nos próximos seis meses a RAC volta a fazer os pagamentos semanais de 25% do salário do mês vencido, e, após o período, os trabalhadores e a empresa retomam a negociação. Até o final de setembro serão quitados o salário de maio e os 25% devidos do mês de abril.

O vale-refeição também será pago semanalmente e a quitação dos últimos seis meses em atraso, bem como o 13º salário do ano passado, serão

debatidas em agosto numa nova negociação. No acordo judicial, as categorias garantiram, ainda, o abono das horas paradas nos dois dias de greve e 90 dias de estabilidade de emprego.

Irregularidades e desrespeito de longa data

No último 29 de junho, um dia depois que os jornalistas, gráficos e administrativos cruzaram os braços em protesto pelos atrasos de pagamentos, a diretoria da RAC chamou uma comissão de trabalhadores e sindicalistas para uma reunião e foi fechado um acordo com os mesmos termos definidos pelo TRT, exceto a estabilidade.

Porém, somente agora, com a decisão do TRT, é que os trabalhadores têm maior se-

gurança quanto ao cumprimento da negociação porque, nas tentativas de acordo anteriores, a empresa não cumpriu suas promessas. Com o acordo judicial, os trabalhadores podem executar judicialmente a ação em caso de descumprimento.

Desde o início de 2016, além dos atrasos frequentes no pagamento de salários, benefícios e férias, há outras diversas irregularidades que vêm sendo praticadas pelo grupo de comunicação. Um dos problemas enfrentados é que a empresa descontou o Imposto de Renda, mas sem fazer o repasse do dinheiro à Receita Federal, o que fez com que muitos trabalhadores caíssem na malha fina. Houve atrasos também nos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o que levou a RAC a ser multada pelo Ministério do Trabalho.

Sindicato cria Comissão de Jornalistas LGBT

Grupo realiza reuniões mensais na sede da entidade e organiza ações voltadas ao segmento no jornalismo

Rovena Rosa/Agência Brasil



Pesquisa visa saber mais sobre os problemas enfrentados nas redações

Com o objetivo de discutir questões e definir ações específicas voltadas aos e às profissionais lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no jornalismo, no último mês de maio o Sindicato criou a Comissão de Jornalistas LGBTs.

Para a direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), a medida é necessária, sobretudo, no contexto atual de retrocessos no país, no qual segmentos com direitos ainda a conquistar estão mais susce-

tíveis em meio à onda conservadora e ao desmonte de políticas públicas, como é o caso dos trabalhadores e trabalhadoras LGBTs.

Cotidianamente, assédio e discriminação são vivenciados no emprego pelos jornalistas LGBTs, além do problema da dificuldade de acesso de travestis e transexuais ao mercado formal de trabalho, questões que reforçam a importância da Comissão, avaliam os sindicalistas.

Desde que a Comissão foi criada, o grupo vem promovendo ações, entre as quais o protesto da ala "Jornalistas contra a discriminação", ocorrido durante a 21ª Parada do Orgulho LGBT, no último 18 de junho, na Av. Paulista, na capital. No evento, a mensagem levada pela categoria foi de

combate à discriminação contra os trabalhadores LGBT nas empresas, luta pela equiparação de direitos e reivindicação de narrativas humanizadas na mídia.

Outra ação é uma pesquisa pela internet para saber mais sobre os principais problemas enfrentados pelo segmento no exercício do jornalismo. Na enquete, os jornalistas podem, ainda, propor pautas, debates e enviar sugestões à Comissão LGBT. Participe na pesquisa: <http://bit.ly/EnqueteJornalistaLGBT>.

A comissão realiza reuniões mensais abertas na sede do SJSP (Rua Rego Freitas nº 530 - sobreloja), no centro da capital paulista. Confira a divulgação da agenda de encontros nas redes sociais e no site www.sjsp.org.br.

Prestação de contas: Sustentação financeira é desafio na conjuntura

Crise econômica e medidas do governo golpista obrigam o Sindicato a fazer demissões

No final de maio, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) realizou Assembleia Geral Ordinária para prestação de contas à categoria. A direção apresentou os balanços financeiro e patrimonial do exercício 2016 e, após apreciação, as contas foram votadas e aprovadas.

Diante da crise econômica e política enfrentada hoje no país, os dirigentes também dialogaram sobre os rumos e desafios da sustentação financeira do Sindicato. Atualmente, o SJSP não tem nenhum empréstimo, mas ainda compromete 25% da arrecadação para o pagamento de dívi-

das herdadas do Plano de Saúde do Sindicato (PSS Médico).

Para garantir o equilíbrio financeiro da entidade no próximo período, a direção da entidade foi forçada a demitir trabalhadores e trabalhadoras, pois houve queda nas receitas devido ao aprofundamento da crise e à redução dos postos de trabalho nas redações. Nesse contexto, também há o impacto das medidas do governo ilegítimo e do Congresso Nacional, além de decisões do Judiciário que atingiram todo o movimento sindical no país.

Em nota oficial, os dirigentes esclareceram aos sindicalizados que,

caso fosse mantido o mesmo quadro de trabalhadores, o SJSP corria o grave risco de não poder garantir o pagamento dos salários nos próximos meses, nem ter recursos para honrar as rescisões trabalhistas. A expectativa é que, equilibradas as contas, a entidade terá condições de voltar a crescer.

A equipe de trabalho e o cotidiano do Sindicato foram reorganizados, garantindo não só a manutenção de um bom atendimento à categoria como também o foco na defesa dos direitos dos jornalistas.

Audálio Dantas assume democraticamente a presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em maio de 1975. Cinco meses depois, Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, é assassinado sob tortura nos porões do Doi-Codi. Em nota logo após o crime, Sindicato é uma das principais entidades a denunciar a farsa do suicídio por enforcamento forjado pela ditadura. Articulados por Audálio, 1004 jornalistas de todo o país participaram do abaixo-assinado “Em Nome da Verdade”, em janeiro de 1976, contestando publicamente a versão oficial do suicídio como causa da morte.

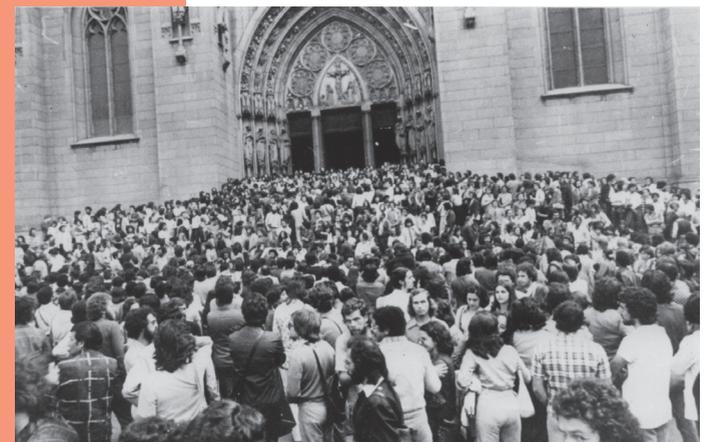


Elvira Alegre



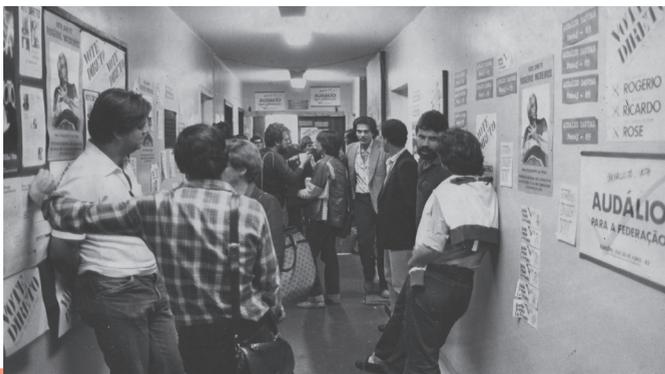
Agência Estado

Audálio abriu as portas do Sindicato para que fosse organizado o culto ecumênico na missa de sétimo dia pela morte de Herzog. O ato público, com mais de oito mil pessoas reunidas na Catedral da Sé, centro paulistano, em 31 de outubro de 1975, não só iniciou, mas fortaleceu o movimento da sociedade que anos mais tarde derrubou a ditadura no país.



Agência O Globo

Arquivo/SJSP



Eleição direta para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) ocupa os corredores do Sindicato, em 1983. A proposta, pioneira do país, surgiu no Sindicato dos Jornalistas de SP, e a versão final, elaborada por Gastão Tomás de Almeida, então secretário do SJSP, foi aprovada no mesmo ano no Congresso dos Jornalistas de Guarapari. Audálio havia deixado o Sindicato em 1978, mas a categoria fez de Audálio candidato e primeiro presidente eleito na Fenaj por voto direto dos jornalistas. Até então, 25 representantes de sindicatos filiados elegiam 32 membros para direção da entidade.

Homenagem na Câmara Municipal de São Paulo pelos 80 anos de fundação do Sindicato, em abril deste ano, e comemoração dos 85 de Audálio Dantas no auditório Vladimir Herzog, no último dia 8 de julho.



Cadu Bazilevski

